

19 de julho de 2026
Ano XIX - Nº 1.808 - R\$ 0,50

“CALC em Cena” é atração no Teatro Municipal Dr. Átila Costa no dia 31 de julho

O Teatro Municipal Dr. Átila Costa, em São Pedro da Aldeia, vai receber o espetáculo “CALC em Cena – Encerramento de Semestre 2026”. A apresentação será no dia 31 de julho, às 19h30. Promovida pelo Centro de Artes Luan Canellas (CALC)...

Pág 02

Pessoas com transtorno do espectro autista terão direito a fone antirruído

Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) terão fone antirruído garantido pela lei 11.284/26, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)...

Pág 02

União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas de estados e municípios

A União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios em junho, segundo o Relatório Mensal de Garantias Honradas divulgado na última quinta-feira (16) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Pág 03

PRF apreende cerca de 20 quilos de maconha na BR-101, em Silva Jardim; três são presos

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu cerca de 20 quilos de maconha na tarde da última quinta-feira (16), durante uma fiscalização na BR-101, em Silva Jardim, na Região dos Lagos. Três pessoas foram presas em flagrante...

Pág 03

Taxonomia para economia do mar poderá ser instituída no estado do Rio



Pág 02

“CALC em Cena” é atração no Teatro Municipal Dr. Átila Costa no dia 31 de julho

O Teatro Municipal Dr. Átila Costa, em São Pedro da Aldeia, vai receber o espetáculo “CALC em Cena – Encerramento de Semestre 2026”. A apresentação será no dia 31 de julho, às 19h30. Promovida pelo Centro de Artes Luan Canellas (CALC), o evento reúne os processos desenvolvidos ao longo do primeiro ciclo formativo da escola.

Dividido em dois atos, o espetáculo apresenta diferentes propostas cênicas inspiradas em temas ligados aos valores humanos. O primeiro, “Virtudes”, apresenta diferentes linguagens da dança e das artes cênicas a partir da construção de valores humanos e emocionais desenvolvidos em sala de aula.

Na sequência, “Prisma” traz uma releitura artística da parábola do Bom Samaritano, utilizando dança, teatro e performance para abordar temas como empatia, humanidade, cuidado e responsabilidade coletiva, convidando o público à reflexão.

Com classificação livre, o espetáculo evidencia a proposta pedagógica do CALC de formar artistas conscientes e expressivos, além de preparados técnica e emocionalmente. Os ingressos custam R\$ 70,00 (inteira) e R\$ 35,00 (meia-entrada) e estão à venda pela plataforma Sympla.

O Teatro Municipal Dr. Átila Costa está localizado na Rua Francisco Santos Silva, nº 555, no bairro Nova São Pedro.

Taxonomia para economia do mar poderá ser instituída no estado do Rio

O Estado do Rio passa a contar com um sistema oficial de classificação das atividades econômicas baseadas no oceano. A determinação é da Lei 11.282/26, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e sancionada e publicada pelo Poder Executivo no Diário Oficial de quinta-feira (16/07). O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da chamada economia do mar, por meio da classificação, certificação, fomento, educação técnica e articulação entre os setores público e privado. Segundo a norma, a taxonomia consistirá em um sistema

que identifica e categoriza projetos, atividades e setores socioeconômicos ligados ao oceano, levando em conta seus impactos socioambientais. A Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar será o órgão responsável por estabelecer os critérios, indicadores e parâmetros para a classificação, que considerará aspectos como uso sustentável dos recursos marinhos, conservação dos ecossistemas costeiros, eficiência energética, redução da poluição, promoção da biodiversidade marinha e inclusão social.

As atividades enquadradas nos critérios estabelecidos poderão receber certificados de sustentabilidade que atestam a conformidade com os padrões definidos. A medida também prevê a criação de mecanismos de monitoramento para garantir o cumprimento dos critérios classificatórios, além de determinar que as informações sobre os projetos, atividades e setores econômicos relacionados à economia do mar deverão ser divulgadas e compartilhadas. O objetivo é incentivar a colaboração entre os setores público, privado, academia e sociedade civil.

Hospitais e clínicas particulares do RJ serão obrigados a divulgar o número de ocupação e a disponibilidade de leitos

Hospitais e clínicas particulares do Estado do Rio de Janeiro serão obrigados a divulgar, de forma atualizada, o número de ocupação e a disponibilidade de leitos de UTIs, CTIs e unidades intermediárias. É o que determina a Lei 11.287/26, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sancionada pelo Poder Executivo e publicada na quinta-feira (16/07). A norma altera a Lei

6.629/13.

Vetos Parciais

O governador interino Ricardo Couto vetou os artigos 3 e 4 da medida, que previam, respectivamente, que as unidades de saúde mencionadas deveriam remeter a listagem com disponibilidade de leitos para a Alerj e os hospitais e clínicas particulares que descumprissem o disposto presente na lei

estariam sujeitos à multa diária de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Na justificativa, Couto alegou que vetou o artigo 3 porque, segundo ele, a Assembleia não possui poder de polícia administrativa e, portanto, não pode exercer ações fiscalizatórias. Sobre o dispositivo 4, alegou que, ao impor uma multa fixada em valor único aos hospitais, não prevê qualquer possibilidade de gradação ou critério de razoabilidade.

Pessoas com transtorno do espectro autista terão direito a fone antirruído

Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) terão fone antirruído garantido pela lei 11.284/26, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e sancionada e publicada pelo Poder Executivo no Diário Oficial de quinta-feira (16/07). De acordo com a norma, o equipamento tem como finalidade minimizar incômodos sensoriais e melhorar a qualidade de vida das pessoas com autismo.

Para ter acesso ao dispositivo, o solicitante deverá integrar família com renda mensal de até três salários mínimos, estar inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e apresentar laudo médico emitido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que comprove a sensibilidade sonora, com validade de até um ano na data da



apresentação.

O texto também autoriza o Poder Executivo a definir quais secretarias serão responsáveis

pela supervisão, coordenação de cadastros, verificação das informações e entrega dos dispositivos aos beneficiários.

ANUNCIE AQUI

LOGUS AMBIENTAL LTDA-ME

CNPJ: 07.766.805/0001-90
Site: www.logusnoticias.com.br
E-mail: logusnoticias@hotmail.com

Av. Edgar Gismonti, nº 90, Centro, Carmo-RJ
Cep: 28640-000
Tel: (22) 99251-8728
(Ligações e Whatsapp)

Circulação: Interior do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista Responsável
André Salles - MTB 0036747/RJ

A direção do Jornal Logus não endossa, necessariamente, as opiniões emitidas em artigos ou matérias assinadas por seus colaboradores

Tiragem: 5.000 exemplares



Município de Araruama

Poder Executivo



AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 12094/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 028/2026

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de estruturas para eventos, fornecimento de mobiliário, serviços de ornamentação e apoio logístico**, destinados ao atendimento das ações institucionais promovidas pelas Secretarias da Prefeitura Municipal de Araruama.

DATA DE ABERTURA: 03/08/2026

Hora: 10h00min.

SECRETARIA REQUISITANTE: SETUR

TIPO: MENOR PREÇO

LOCAL: Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas demais normas aplicáveis à espécie e disposições do presente Edital.

O Edital detalhado encontra-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência desta municipalidade: <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/licitacoes/>, bem como na Comissão Permanente de Licitações localizada à Avenida John Kennedy, nº 120 – Centro – Araruama.

Araruama, 17 de julho de 2026.

LINEKER NUNES VIEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Com fundamento na Lei Municipal nº 1085/01 6ºII os membros efetivos e suplentes do **Conselho Municipal de Saúde**, convocam para a **Reunião Ordinária** a ser realizada no dia **27 de julho de 2026** às 17h, em primeira convocação e 17h30 em segunda convocação na sala do Conselho Municipal de Saúde, para deliberarem a ordem do dia a seguir.

PAUTA

1. Verificação de presença e existência de “quórum” qualificado para instalação do Colegiado Pleno;

2. Leitura e aprovação das Atas anterior;

3. Despacho e Expediente;

4. ORDEM DO DIA:

4.1 – O Conselho Municipal de Saúde, vem trazer para apreciação da plenária a possibilidade da implantação da Farmácia Judicial do Estado RJ, no município de Araruama;

4.2 – O Conselho Municipal de Saúde, vem apresentar proposta para atualização das regras de funcionamento do controle social do regimento interno do CMS/AR, conforme lei;

4.3 – O Conselho Municipal de Saúde de acordo com a Nota Técnica nº 56/2026-CGIC/DPNI/SVSA/MS, contendo orientações sobre a continuidade da Estratégia de Vacinação na Escolas e o registro das doses aplicadas no ambiente escolar, vem solicitar o responsável melhor esclarecimento e apresentação do programa que será esclarecido para conhecimento.

5. ASSUNTOS GERAIS.

Araruama, 17 de julho de 2026.

Pedro Reimburg
Presidente do CMS/AR.

Ata da Reunião Ordinária 27.04.2026

Ata da Reunião Ordinária do dia 27 de abril de 2026, as 17:30hs, realizada na sala do **Conselho Municipal de Saúde**, conforme Edital de Convocação. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Pedro Reimburg, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, em especial dos convidados Sra. Fernanda Santos Carvalho Xavier, representante da Secretaria de Administração, Sra. Elizabeth Drumond, Sr. Luís Flávio, Sra. Rafaela Feitosa da Conceição, Sr. Francisco da Silva Ferreira, Sr. Claudinei Silva da Conceição, Sra. Rosiele Vasconcelos da Silva Conceição e Sr. Luiz Roberto, e pediu autorização para gravar a reunião, que foi aceito por todos, após convidou a oficial administrativa Marcele Castro, para presidir os trabalhos, que iniciou com o Item 01 - Verificação de presença e existência de “quórum” qualificado para instalação do Colegiado Pleno, que contou com a presença de 12 (doze) conselheiros, sendo 08 (oito) titulares: Sr. Manoel Jesus, Sra. Lorraine Souza, Sra. Bárbara Alves, Sr. Pedro Reimburg, Sr. Leonardo Pereira, Sr. Antônio Jorge, Sra. Sueli Lima e Sra. Mariana Brito; e 05 (cinco) suplentes: Sr. Jhonata Pablo Araújo, Sra. Ana Clara Viegas, Sra. Mary Lane Madureira, Sra. Rosa Osório e Sr. Felipe Peçanha, tendo o número de conselheiros necessários para iniciar a reunião. O conselheiro Sr. Antônio Jorge diz: Queria fazer uma observação, mas do que nunca hoje, a gente precisa voltar lá para a câmara. Porque você vê aqui não temos espaço para todo mundo. E lá na câmara a gente tinha aquele espaço e microfone, uma vantagem; normalmente já é gravado quando a gente pedia. Nós somos do tempo que era usado lá. A noite era muito mais prático para todos nós, era mais confortável. Então mais uma vez, eu venho reivindicando isso, até porque aquilo lá é nosso. É de todos nós. A casa é nossa. O presidente do conselho, Sr. Pedro Reimburg responde: Com certeza Jorge. A ideia de levar para a Câmara é bem-vindo e vamos propiciar isso aí. O Conselho está aumentando mais e as pessoas estão tendo bastante participação da população e é muito importante. Sem mais, passa para o Item 2 - Leitura e aprovação de ata da reunião ordinária do dia 30 de março de 2026, o presidente pergunta se todos receberam a ata e se havia alguma dúvida, não havendo questionamentos foi colocada em votação onde foi aprovada pela maioria com 01 (uma) abstenção, passando para o Item 3 – Despacho e Expediente, o presidente perguntou se todos receberam os ofícios e e-mail e se há alguma dúvida, sem questiona-

mentos, passa para o Item 4 - Ordem do Dia: 4.1 - Convida a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público para informações sobre o desenvolvimento do edital do concurso; O presidente do CMS apresenta a Sra. Fernanda Santos Carvalho Xavier, representante da Secretaria de Administração, que inicia: Boa noite já, para todo mundo. O concurso está em fase de elaboração da lei, já foi elaborada, já foi feita a mensagem, está aguardando a prefeita para ela assinar e mandar para a Câmara para eles aprovarem. E já também já está fazendo a elaboração do processo de licitação para a contratação da banca, ele está em processo de envias de iniciar, está dentro do prazo que a gente fez um cronograma do Ministério Público e a gente está dentro do prazo que o Ministério Público elaborou, então já fez a lei, só não foi para a Câmara ainda porque está aguardando a prefeita. Já foi para o gabinete para ela poder assinar e mandar para a Câmara. Já foi feito o levantamento, o desconto, tudo direitinho. O conselheiro Sr. Antônio Jorge, pergunta se o concurso faz parte das metas para 2026, já que implicará em gastos. A Sra. Fernanda responde: Sim, mas provavelmente ele deve ocorrer em 2027. O cronograma, vai ser elaborado, ele deve ocorrer em 2027. O presidente do CMS destaca que o concurso não pode ocorrer em 2026 em virtude das eleições, que o edital pode ser publicado até o fim do ano, mas não a realização do concurso. A conselheira Sra. Ana Clara Viegas, pergunta sobre o levantamento de vagas necessárias. A Sra. Fernanda responde: Então, enquanto o órgão administrador, a gente mandou memorando para todas as secretarias, solicitando quantitativo, porque cada secretaria sabe da sua demanda e do que depende, né? Então, cada um tem o seu quantitativo. E em cima disso que a gente vai fazer o quantitativo do edital. A conselheira Sra. Ana Clara questiona se teria esse quantitativo, e a Sra. Fernanda diz: Não, não tem isso. Ele vai ser divulgado futuramente. Está na parte da elaboração. Eu também não tenho autorização para trazer todas as coisas que ficam antes disso. A Sra. Ana Clara declara: É uma preocupação que essas vagas ofertadas para concurso não sejam adequadas para a demanda que o município precise. A Sra. Fernanda informa: Ficou a critério de cada secretaria fazer o levantamento. Cada secretaria vê quanto que precisa para colocar o levantamento, colocar no edital. Não sei se a gente pode colocar uma quantidade mínima e cadastro de reserva. O quantitativo eu não tenho como divulgar ele antes de que a lei vá para a Câmara. A Câmara tem que aprovar primeiro, para a gente poder falar sobre o que está dentro da lei. Não posso adiantar o que está lá. O conselheiro Sr. Pedro Reimburg destaca: Como foi dividido para cada secretaria informar o quantitativo necessário de cada cargo, e quais cargos, cabe ao pessoal cobrar aos chefes de setores e aos secretários para que as vagas sejam abertas. O conselheiro Sr. Antônio Jorge diz: Até porque a gente precisa ser notificado desse quantitativo de vaga para poder autorizar. O conselheiro Sr. Manoel Jesus questiona: Presidente, não pode fazer o concurso público, mas pode contratar? Fazer a contratação em Período político? O presidente do conselho responde: Que eu saiba, não na época da política, três meses antes das eleições só. A Sra. Fernanda complementa: Desculpa! Somente cargos essenciais, de urgência. Se a saúde, por exemplo, precisar. A conselheira Sra. Mariana pergunta sobre o quantitativo dos profissionais para complementar o quadro de funcionários da nova UPA, se eles entram nessas vagas do concurso. A Sra. Fernanda informa: Geralmente quando faz concurso, por mais que a gente coloque lá 100 vagas, a demanda é muito grande, e tem muita gente que faz a prova. Então, se tiver 500 pessoas e precisar, vai chamar. Ele tem uma demanda em consideração,



Município de Araruama

Poder Executivo



Continuação Pág. 3 - Ata da Reunião Ordinária 27.04.2026

mas assim como no outro concurso também, tinha muitas vagas que foram chamando, preencheram as vagas, mas teve necessidade de ir chamando o restante. A gente está atendendo o que o Ministério Público pediu, porque está fazendo o processo seletivo. O conselheiro Sr. Felipe questiona: Uma pergunta importante, pertinente. A gente fala muito aqui no município sobre a questão do plano de cargos e salários, sobre estar há muitos anos defasado. Já está sendo visto isso em relação até ao concurso público? Porque, na verdade, a gente lançava o mesmo concurso público com a ideia de um cargos e salários muito defasado e a gente não conseguia atrair, por exemplo, o profissional médico. Hoje a gente está com uma defasagem de 3 ou 4 neurologistas. A gente não consegue contratação porque o salário para o município é muito aquém. Já está sendo visto, não está sendo visto? A Sra. Fernanda responde: Então a gente fez um levantamento e enviou para a procuradoria, e eles que estão analisando a lei verificando exatamente isso, porque geralmente tem as classes, e as classes estão cobrando que sejam feitos de acordo com cada classe. E aí eles estão fazendo esse levantamento, mas como eles já terminaram, nós fizemos a lei e mandamos para ele como eles já analisaram e elaboraram o projeto então provavelmente eles já adequaram isso, e aí eu não sei se todas as classes estarão contempladas ali, se vão estar todos os cargos na lei, eu ainda não tenho essa resposta para dar para vocês se todos vão estar ali, então eu não sei se todos os cargos estão ali ou se vão, alguma vai ser terceirizada, não sei. A conselheira Sra. Ana Clara indaga: Então você também não saberia responder se haverá criação de cargos. Exemplo, nós não temos dentista 40 horas no município, assim como também não temos técnico em saúde bucal 24 horas na UPA. A Sra. Fernanda declara: Eu não tenho como te dizer com total clareza, mas eu sei que estavam vendo a parte do dentista exatamente por conta desse problema. Não só do dentista, mas de outros médicos também. Tentar resolver por quê. Porque quando a gente faz esse concurso, a gente tem que fazer um levantamento e dizer o impacto orçamentário para o município então não adianta a gente fazer um concurso ao qual a gente não vai poder pagar o salário das pessoas, então tem que fazer um levantamento e tentar fazer um equilíbrio para dar para todo mundo para atender todas as demandas, porque a gente precisa do funcionário precisa, mas às vezes a gente não tem orçamento para pagar também. A conselheira Sra. Ana Clara destaca: Mas está havendo também um impacto na população de Araruama, porque depois das 5 horas o dentista, ele opta por não fazer extração porque não tem um auxiliar com ele. E aí o outro profissional chega pela manhã, encontra o instrumental todo infectado e tem que passar por todo aquele processo de esterilização. E quem chega de manhã morrendo de dor, às vezes se chega às sete horas da manhã, é atendido, sei lá, dez horas, nove horas. Então isso está impactando a população. A Sra. Fernanda ressalta: Mas aí essa parte é da Secretaria de Saúde, uma equipe da saúde que deveria comunicar que precisa urgente, disso, disso aqui na secretaria. Eu vi o levantamento de alguns médicos, de dentistas sim, mas eu não sei se vai atender exatamente a demanda que você apresentou A conselheira Sra. Mariana solicita: Seria bom colocar em ata para chamar o coordenador de odontologia porque ainda está em tempo, se a pessoa não colocou essa necessidade, de ser lembrado que existe essa necessidade. O conselheiro Sr. Antônio Jorge destaca que o piso salarial de cada categoria deveria ser respeitado. Sem mais questionamentos, passa para o Item 4.2 - Convida a Coordena-

dora da Saúde Mental para informar o progresso da implementação do CAPS de São Vicente e do CAPS AD, conforme PAS 2026, O presidente do conselho diz: a Sra. Selma, que é do CAPS, responsável, e o secretário, estão em uma reunião no Ministério Público, então não conseguem chegar a tempo para a nossa reunião, caso eles não cheguem a tempo, a gente vai botar o assunto do CAPS para a próxima reunião, que é um assunto de suma importância, é a construção do CAPS, e que está dentro do plano. A conselheira Sra. Mary Lane, informa: O secretário e a Sra. Selma estão desde cedo em audiência com o Ministério Público para tratar de casos dos pacientes de transtorno de saúde mental do município, requer uma atenção junto à política pública de cuidado de saúde, e a Selma é uma pessoa que realmente não pode não aparecer então eu acho que é pertinente sim ter ela enquanto coordenadora da área para estar fazendo esse esclarecimento, como o senhor Pedro falou, e a gente aqui do Conselho sabe, existe essa projeção no plano municipal de saúde de 2026 a 2029 e na programação anual de saúde de 2026. Eu acho pertinente, já que ela não vem, concordo com a fala do presidente, para a gente botar essa pauta para a próxima reunião. Com a concordância de todos, passa para o Item 5 – Assuntos Gerais, O presidente do conselho, Sr. Pedro Reimburg começa informando sobre a UPA 03: No mês passado nós convocamos a secretaria de obra que viesse fazer essa apresentação para gente, isso não ocorreu. Ela veio, falou que está sendo elaborado, mas não apresentou o projeto não. Passei para o secretário que informou que não tem nada certo ainda. Para minha surpresa, sábado e botaram a placa “Nova instalação da UPA”. Então tem que passar pelo conselho. E nós vamos cobrar. Amanhã já vai o ofício para ele com cópia para quem é de direito. É para apresentar o projeto ao conselho. Porque isso se chama respeito. Pois se tem placa, existe algum projeto, e deveria estar informando o valor da obra, datas e demais informações. A Sra. Elizângela complementa: Até porque na reunião anterior, ela falou que já tinham feito até, inclusive, o mapeamento do solo que já estava definido e não tinha placa. O presidente, Sr. Pedro declara: Então a questão da UPA, a gente vai mandar o ofício, cobrando o projeto da UPA. Outro ponto é a reforma do postinho de Ponte dos Leites, que está sendo reformado. A fiscalização ia lá na semana passada, mas não foi possível. Está ficando bonitinho e tal, mas não apresentaram nada ao conselho, mas foi o conselho que exigiu que melhorasse aquela situação. Foi feita uma fiscalização e levantou as necessidades que deveriam ser feitas. Mais uma informação é que nós temos uma reunião marcada com o Ministério Público para o dia 6 de junho, antes a gente vai expor várias situações do Conselho, da questão de prestação de conta, da questão das necessidades do Conselho, das obras que estão sendo feitas. Então, o, inclusive, o Dr. André, o procurador, ele já está ciente de tudo isso, até porque foi através da Litorânea que foi pedido essa reunião, a gente fez um relatório com tudo, conforme eu passei para vocês na passada, e ele vai chamar, inclusive, o secretário para estar presente nessa reunião, para dar o esclarecimento. Prestação de contas 2025, continua ainda tudo parado, não foi passado nada para a gente. Vieram aqui, fizeram reunião e tal, mas cadê a assessoria contábil? Cadê o contador? Cadê a documentação? Não vieram, a gente já notificou todo mundo que é de direito, sobre a prestação de conta, e tão logo a gente vai fazer uma reunião, isso não aconteceu até porque o prazo já findou. Hoje o que a gente pode fazer é o relatório para poder inserir, mas a gente vai fazer uma reunião mais

para frente porque o importante a gente já fez, foi fazer a solicitação. Outro ponto, no dia 10, eu fui chamado para uma reunião na Sobara, pela Sra. Rosiane, e lá foram reivindicadas várias coisas que já foram reivindicadas ao Conselho antes. A gente fez a pré-conferência no ano passado, a questão da salineira, a questão do médico, a questão de melhoria na clínica, a questão das estradas, e então a gente já encaminhou o ofício para o secretário de transporte, e junto para salineira na quinta-feira vai ter uma reunião com eles aqui, o que eles podem fazer para poder solucionar o problema do ônibus lá. Mas o que a gente tem a ver com ônibus? Se você não tem condução então como é que você vai ter acesso à saúde? Fizeram um serviço lá, e não ficou um serviço bem feito, eu acho que a pavimentação, eu acho que vai demorar muito, mas eu acho que quando a gente faz um bom patrolamento, a rua fica seis meses em boas condições. Nós temos em São Vicente, que a gente vai fazer também uma reunião com o seu Paulo Seco, que agora é o novo secretário de Serviço Público, que será na outra semana, que a gente vai falar justamente sobre a estrada, a questão da manutenção da estrada. E tem que ter uma boa manutenção, eles sofrem muito bastante com isso lá. Questão de condução para eles, questão de ambulância. É um sofrimento diário. E eles lá estão praticamente isolados, estão lá no cantinho. Então a gente precisa desse apoio. A conselheira Sra. Ana Clara ressalta: E é muita gente reclamando disso há anos. E sempre bate na mesma coisa é transporte, é o direito constitucional, primitivo, que é o direito de ir e vir. Está em uma das primeiras linhas. O conselheiro Sr. Antônio Jorge informa: Mas esse problema não é só de lá, porque muitos lugares por aí, quem está em casa não sai e quem está fora não entra por causa da água. Quando eu trabalhava no INEA, a gente foi fazer um bocado de fiscalização, e ali tinha rio que dava para montar uma casa inteirinha. Tinha geladeira, uma série de coisas. E ali, perto do rio Salgado, em Paraty, o pessoal, em dia de chuva, fica preso e o corpo de bombeiro foi pegá-los no telhado, para você ver que o quanto ele enchia. O presidente Sr. Pedro prossegue: A questão das ambulâncias. Já passei para vocês no ano passado, que tem uma cotação para 14 ambulâncias, sendo seis de um tipo, seis de outro e dois mais sofisticados. Perguntei ao secretário, segundo ele, está em fase de assinar esse contrato, vai ser tudo contratado, terceirizado. Bom, referente à peça orçamentária do Conselho para 2027, a gente já está trabalhando em cima dela a gente vai colocar tudo bem explicadinho para trazer para vocês para gente votar na em reunião extraordinária. A questão das quatro ambulâncias que chegou da SAMU, elas estão atendendo a saúde, mas a central da SAMU ainda não foi construída, ela ia ser feita em Arraial do Cabo, passou pra São Pedro Aldeia, passou pra Saquarema, agora voltou. Falta de planejamento, mas é do Estado. Mas que bom que eles liberaram as ambulâncias que a gente está usando. Porque as ambulâncias do município, gente, é por Deus que elas estão rodando. Que é vergonhoso. Nós temos um orçamento só para saúde de 2026 de 220 milhões. Então, a gente tem condições de botar as coisas em dia. Basta a gente querer. Sem mais, o presidente agradece a presença de todos e a contribuição dos conselheiros e dá por encerrada a reunião.

Pedro Reimburg
Presidente CMS/AR

Marcele da Silva Castro
Of. Administrativo

Município de Araruama

Poder Executivo



Ata da Reunião Ordinária 25.05.2026

Ata da Reunião Ordinária do dia 25 de maio de 2026, as 17:00hs, realizada na sala do **Conselho Municipal de Saúde**, conforme Edital de Convocação. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Pedro Reimburg, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, e pediu autorização para gravar a reunião, que foi aceito por todos, após convidou a oficial administrativa Marcele Castro, para presidir os trabalhos, que iniciou apresentando as representantes da Associação Amigas do Peito, que participaram da XII Conferência Municipal de Saúde, entregaram toda a documentação e agora estão ocupando a cadeira no CMS/AR no segmento usuário que estava em vacância, sendo a Sra. Elizangela Oliveira como titular e Sra. Christiane de Almeida como suplente. Item 01 - Verificação de presença e existência de "quórum" qualificado para instalação do Colegiado Pleno, que contou com a presença de 16 (dezesesseis) conselheiros, sendo 10 (dez) titulares: Sra. Selma Alcântara, Sr. Luciano Bragança, Sr. Juarez Rodrigues, Sra. Lorryne de Freitas (Online), Sra. Érica Pires, Sr. Pedro Reimburg, Sr. Leonardo Pereira, Sr. Antônio Jorge, Sr. Manoel Jesus e Sra. Elizangela Oliveira; e 08 (oito) suplentes: Sra. Roberta Engelke Borges, Sra. Mary Lane Madureira, Sr. Guilherme Alvarenga, Sra. Ana Clara Viegas, Sra. Giselle Canto, Sra. Rosa Osório, Sr. Renato Drummond e Sra. Christiane de Almeida, tendo o número de conselheiros necessários. O presidente do conselho, informa que o conselho recebeu o Ofício nº 102 SESAU-Gabin, de 25 de maio de 2026, substituindo os conselheiros representantes do governo ficando da seguinte forma, Sr. Mario Jorge Espinhara – Titular, Sra. Roberta Engelke Borges – Suplente, Sra. Selma Alcântara Bragança Ferreira – Titular – Sra. Mary Lane Cruz Madureira – Suplente. Então hoje o Secretário me chamou para ir conversar com a prefeita pois ela queria entender algumas coisas do conselho. Eu expliquei que O conselho de saúde é muito atuante, fazendo acolhimento às pessoas, visitando as unidades, os distritos, falamos da conferência que nós fizemos agora e falamos da peça orçamentária do conselho, que todo ano é feita e muitas das coisas não é atendido. Expliquei a questão da secretária executiva, a questão do carro, as demandas e outras solicitações do conselho. Ela deixou bem claro para o secretário que toda a peça do conselho é para ser atendida, a questão do carro ela falou que a gestão dela não pretende trabalhar com aquisição de carro mais dentro do governo porque é uma despesa muito alta, então ela prefere alugar o carro com o seguro, e o conselho tem o carro, porém, ele é alugado. Então fiquei de trazer o assunto para plenária para ser decidido. A prefeita deixou bem claro, o que o conselho precisar, pode cobrar ao secretário e cobrar ela. Expliquei também da documentação que enviamos há quase um ano atrás solicitando que seja feito um decreto para alterar a lei que rege o conselho para ficar em conformidade com os governos estadual e federal, onde ela orientou que encaminhasse essa documentação para o jurídico que então encaminhará para ela, e automaticamente ela despachará para a Câmara. Eu queria ter levado um conselheiro comigo, mas foi muito inesperado. O conselheiro Sr. Antônio Jorge destaca: essa despesa de aluguel de veículo estará às custas do conselho, que o contador precisa ficar sabendo. O presidente do CMS, Sr. Pedro Reimburg, informa que também cobrou mais pessoal para trabalhar na saúde, telefones que a saúde não tem, fiz cobrança das ambulâncias e dentro de 30 dias, as palavras dela junto com o secretário, vão estar as 14 ambulâncias que foram alugadas. Falei do CAPS em São Vicente, que está dentro do plano de governo, que tem. Ela já, na mesma hora, autorizou o Mário Jorge a procurar uma casa para

alugar em São Vicente para montar o CAPS. A reunião foi muito boa, ela foi muito solícita para atender ao Conselho de Saúde. E é o que nós vamos fazer, vamos cobrar bastante coisa ao secretário, para manter a nossa estrutura legal, é o que a gente quer. Deixei bem claro para ela que o Conselho está aqui para trabalhar em conjunto com o governo, procurando sempre melhorar mais, acolhendo esse pessoal, que a demanda é muito grande. A conselheira, Sra. Roberta Borges: Só uma explicação rápida acerca do carro, quando o secretário atual assumiu a gestão, a gente começou a verificar que os carros, a manutenção dos carros, porque infelizmente é assim há ainda uma política do brasileiro que é "ah, não é meu eu vou fazer de qualquer jeito" então os motoristas não estavam cuidando dos carros e a gente estava com um processo, toda hora parava carro, tinha que trocar peça e a gente ficava, às vezes, precisando do carro e o carro estava na oficina, esperando chegar a peça e tudo. Então, assim, sem contar o custo que isso gera e depois de um tempo você não consegue nem vender esses carros por um preço, um valor acessível. Então, a atual gestão da prefeita, ela preferiu alugar os carros porque bateu, ele leva o carro para consertar e traz o outro para a gente imediatamente. Quebrou, ele leva o carro e deixa um. E a gente não fica sem carro. E ela achou que o custo-benefício. Era melhor nesse sentido. Foi só por isso. O conselheiro Sr. Antônio Jorge: A minha preocupação é quanto a licitação. É porque tem muita coisa sendo dita na rede social. Não tem? Você sabe disso. Sra. Roberta Borges: Tem contrato, inclusive. O seu Pedro pode pedir o contrato. A conselheira Sra. Mary Lane: Eu acho que assim, independente da forma da prestação da estrutura, do serviço que vai ser oferecido ao conselho, eu acho que o conselho, quando ele pede o carro, ele pede no sentido de garantir que as ações do conselho sejam realizadas. Então, hoje, a gente tem essa disponibilidade. Eu falo a gente como conselheiros também, né? A forma que esse carro vai estar prestando, a forma de contratação ou de aquisição desse carro é uma questão da gestão mesmo municipal. O que o conselho, precisa é de estrutura para desenvolver as suas ações. O conselho é deliberativo. A gente precisa entender isso também enquanto conselheiro, você entendeu? Porque a gente é deliberativo, então a gente precisa de estrutura. A estrutura é essa? Tá sendo adequada? Tá atendendo? O carro quebrou? Imediatamente eu tenho um outro? Tá tudo acontecendo direitinho? Se não tiver, aí cabe a gente, comunicar primeiro ao gestor municipal, que é o secretário. O conselheiro Sr. Renato: Escutei você falar ainda no vão ser quatorze ambulâncias. O Conselho vem solicitando um telefone porque eu preciso de um atendimento de uma ambulância. Para quem eu dirijo? Se a prefeitura vai ter quatorze ambulâncias, como que eu vou recorrer? O presidente Sr. Pedro: O senhor sabe que a gente fez uma reunião aqui, há dois anos atrás, que o gestor passado, deixou frisado aqui que ia fazer uma sede aqui pro SAMU. O gestor novo, o Mário Jorge, ele está propício a fazer aqui uma sede pro SAMU. A conselheira Sra. Roberta: A gente inclusive já começou a procurar porque até o meio do ano essa base vai estar pronta. A gente já começou a procurar um terreno pra que a gente possa, porque não dá pra fazer aqui no centro por conta das ambulâncias. Então tem que ser um lugar, assim, é muito estratégico, porque eu também não posso ter um lugar muito longe, eu não posso levar pra São Vicente, mas talvez, de repente, ali na estrada eu consiga, entendeu? Tem que ser uma área central, uma área que também permita de acesso, entendeu? E esse estudo, ele já tá sendo feito e até o meio do ano, essa base do SAMU, ela vai ser construída. Embora os outros municípios ainda não estejam construindo as suas bases, mas até o meio do ano a de Araruama vai estar construída. O

presidente Sr. Pedro: O certo era uma central pra tudo. E a gente falou essa questão com a prefeita também, do telefone, não só pra ambulância, nenhum setor na secretaria tem telefone. A conselheira Sra. Roberta: Só que o telefone ele vai ter o VoIP também. Que é o sistema e o telefone também em todas as unidades. Isso aí já começou a implementação, mas não é uma coisa que a gente consegue implementar da noite pro dia, vocês já estão cientes como já foi veiculado já começou esse processo, então assim, a gente acredita que tem que capacitar também o pessoal para que eles consigam manusear o sistema e conseguir usar aquilo ali. O treinamento já começamos já, entendeu? Item 2 - Leitura e aprovação de ata, o presidente Sr. Pedro: Em virtude da conferência e desse relatório que a gente teve que trabalhar em cima da questão de prestação de conta, teve um atraso na ata. Por isso, eu reforço aqui o aparelho da mesa, da ata. Porque hoje eu sairia daqui com a ata pronta, era só revisar. Aí não houve tempo hábil da ata ficar pronta. A conselheira Sra. Roberta: Esse aparelho que vocês precisam, eles também dependem de licitação? Porque tudo depende de licitação. Vocês podem fazer por compra imediata? Sr. Pedro: Eu acho que a gente pode fazer por compra imediata por conta do valor. Sra. Roberta: Tem que ver por conta do valor para ver como é, se for processo licitatório vai demorar. Item 4.1 - Convida o Secretário Municipal de Saúde e a Coordenadora da Saúde Mental para informar o progresso da implementação do CAPS de São Vicente e do CAPSAD, conforme PAS 2026, programada para ordinária de 27 de abril de 2026, onde foi solicitado que fosse transferido a pauta para próxima ordinária; Então, passamos a palavra à Sra. Selma para falar do CAPS, que está no programa de governo da prefeita, instalar um CAPS em São Vicente, da necessidade que tem de ser construído ou alugar um imóvel lá. E aí, vou passar. A Sra. Roberta também pode tirar alguma dúvida. Sra. Selma: Então, desde 2021 a gente vem pactuando na PAS, que é o Plano Anual de Saúde, a possibilidade de implantação de um CAPS II lá em São Vicente, porque o Distrito de São Vicente é enorme populacionalmente falando, porque de acordo com a portaria 336/2021, a gente pode implantar CAPS a partir de 20 habitantes, e aí a gente vem observando que não é só pela portaria em relação à questão populacional, mas também da dificuldade de acesso à população que reside lá pra vir até o centro e fazer o cuidado deles. Então é muito distante, é dispendioso depender de transporte público para vir pra cá, e aí a gente, no planejamento do aumento da RAPS, que é a Rede de Atenção Psicossocial, a gente colocou como proposta desde 2021 na paz e a gente vem renovando anualmente a proposta de um CAPS 2 lá. O Sr. Pedro tem mais notícia disso do que eu, porque hoje ele pôde inclusive falar disso pra prefeita que já antecipou, dizendo que poderia haver um espaço físico, porque é isso, tem toda uma logística para se fazer CAPS. É um programa do governo federal mas que nesse governo da prefeita Daniela, ela está olhando para o campo da saúde mental, para a política, com um olhar muito atencioso, o secretário também na mesma medida, a gente acabou de implantar um CAPS lindo, vocês não foram lá, ninguém foi lá ainda. A gente está num momento de reestruturação, acho que é importante pensar, a gente está agora num momento de reestruturação, os serviços que a gente tinha de saúde mental, eles estavam muito capengas, não adianta implantar um serviço novo com um serviço antigo funcionando de forma muito precária, não faz sentido isso, e é isso que o secretário tem dito, a gente vai construir duas residências terapêuticas, as nossas casas estão caindo na cabeça dos nossos usuários, então não há possibilidade da gente abrir correndo um CAPS lá em São Vicente, se o que tem funcionando, está funcionando pre-



Município de Araruama

Poder Executivo



Continuação Pág. 5 - Ata da Reunião Ordinária 25.05.2026

cariamente, está caindo. Então a gente precisou primeiro mudar o nosso CAPS, que está lindo, maravilhoso, a gente tem que ser exemplo, a gente triplicou o número de pessoas de atendimento, porque o acesso está muito mais fácil, a estrutura está muito melhor para atender a nossa população, a gente vai construir agora, né Roberta, as duas residências terapêuticas, já acordamos e decidimos na reunião de quinta-feira passada, onde vai ser o local na Praça da Bandeira, um lugar urbanizado, em que eles já conhecem ali toda a comunidade. Então é isso, a gente está primeiro num processo e vai priorizar isso, de reestruturação do que existe, pra gente seguir avançando pra novos caminhos. Sr. Pedro: Então nós temos aí seis, sete meses aí pela frente para aprontar o novo CAPS pelo PAS. Então, a prefeita hoje foi muito solícita quando falou do CAPS pra ela, que pediu imediatamente ao secretário que procurasse uma casa, deu a ideia de uma casa lá pra alugar, a única coisa que ela pediu é que não precise fazer reforma. Sra. Roberta: Muito bem é, porque olha só, eu hoje, inclusive agora eu até cheguei atrasada por conta disso, que eu tava substituindo o secretário em uma reunião de orçamento e planejamento lá na prefeitura e uma das coisas que a prefeita não admite, acho que é a primeira que está fazendo isso na vida, ela falou "eu não quero pagar um aluguel, fazer uma reforma de um milhão e ir para os outros e aí depois quando eu entrar numa desapropriação para tentar comprar aquilo ali eu ainda vou ter um valor mais elevado pelo que eu fiz". Então o que ela falou foi o seguinte tentar ver se a gente consegue arrumar todas essas novas implementações, que a gente tente desapropriar o imóvel, ver se tem verba pra isso, pra desapropriar e depois fazer a reforma, entendeu? Ou achar um terreno. Sr. Antonio Jorge: É, independente de CAPS, antes de procurar um terreno ou fazer o novo CAPS, a gente devia dar atenção às unidades que a gente tem funcionado, não só do CAPS, mas os postos de saúde. Nós fizemos agora uma visita tanto no areal quanto em Ponte dos Leites, que há uma pessoa dizendo que parece a rede DOR, só que ainda não tá nem 50%, então por enquanto você não pode dizer que é um DOR da vida. Sra. Roberta: Então o que que acontece ali teve uma briga muito grande com a gestão anterior e a proprietária, e aí a gente tentou entrar em contato com ela pra gente poder legalizar o contrato, enfim, e ela se recusa a vir aqui, se recusa a conversar, diz que não quer, então a gente vai entrar com o processo, eu pedi pra que o Max oficiasse, a gente fez um ofício pra procuradoria informando a situação que a gente está tentando o contato não consegue e sugerindo a desapropriação. Sr. Pedro: Então, gente, só avançando aqui, a reunião foi muito boa. Ela quer realmente que isso seja resolvido o mais rápido possível. Até porque está dentro do plano, né? E tem que fazer. Pediu para verificar a casa, pediu pra ver que não precisa fazer obra, a gente se propôs até poder ajudar lá o Mário pra poder arrumar uma casa lá, eu acho que vai ser muito bom, vai ser maravilhoso. Sra. Selma: E não é só a estrutura física para o funcionamento de CAPS, a gente precisa de recursos humanos sobretudo. Se fosse só mudar seria perfeito mas a gente precisa de recursos humanos, a gente precisa de equipamento, tem uma normativa que o município precisa atender para que o CAPS funcione e receba verba, porque assim, na saúde é diferente da política de assistência, na assistência primeiro você recebe a verba pra depois implantar o serviço. Aqui não, primeiro a gente funciona prova que é atuante enquanto SUS e depois a gente recebe a verba. Então a gente primeiro tem que equipar com todo o recurso do município pra depois a gente solicitar o retorno da verba, se habilitar. Sr. Manoel:

Vai ser pra São Vicente e Morro Grande? A gente sabe da necessidade de Morro Grande também que está crescendo assustadoramente. A Sra. Roberta: Também, vai ficar localizado no distrito, mas atende toda a população adjacente. Sra. Elizangela: Eu só queria pegar o gancho do que você falou sobre a questão da mão de obra, eu recebi essa semana o edital do processo seletivo, mas aí, a previsão de contratação imediata, né? Sra. Roberta: É isso. A contratação, dia 10, já sai o resultado preliminar e aí a gente vai começar a fazer as entrevistas, que é de caráter eliminatório justamente por conta dessas pessoas que precisam trabalhar com Selminha. Então, ela precisa fazer essa entrevista pra ter esse olhar especial mas a gente fala, mas é difícil, porque só esse mês quantas pessoas desistiram do processo seletivo, elas foram chamadas e não quiseram trabalhar, foram lá trabalhar um dia e não quiseram mais, desistiram do processo seletivo. Sra. Selma: Nós tínhamos 10 técnicos de enfermagem e nenhum ficou. Sra. Selma: Tem duas questões. Tem sobre o salário, obviamente. Tem a complexidade do serviço. O recorte em saúde mental é muito fino, gente. Você tem que ter um desejo de trabalhar nessa política. Não é qualquer coisa, não é de qualquer jeito. As pessoas ainda carregam no seu imaginário que louco é perigoso, que louco é violento. E eles chegam muito carregados desses preconceitos. E já chegam com medo. Eu recebo um trabalhador dizendo assim, eu não queria estar aqui, não, me coloque em outro lugar, eu não quero estar aqui. Eu vim porque eu fui obrigada. E aí não dá. O técnico de enfermagem aqui no município ganha a complementação do governo federal, não ganha mal, é os que melhor recebem. Sr. Pedro: Passando para o Item 4.2. Convida a coordenadora da Saúde Bucal, Gabriela Linhares Matias Carvalho, para esclarecimento sobre as unidades. houve uma falha, o ofício dela foi desviado e ela não recebeu o ofício liguei pra ela, ela não pôde estar presente mas não há problema, a gente volta pra próxima reunião. Item 4.3. A apreciação para votação do relatório da XII Conferência Municipal de Saúde, realizada em 11 de maio de 2026, conforme o regimento interno da Conferência. Sr. Pedro: Bom gente, então nós vamos passar agora para a apresentação do relatório da conferência, todos receberam o relatório da conferência, são 12 páginas, foi muito bem elaborado, se vocês verem ficou muito bom, então a gente bota em votação, se vocês estão de acordo que eu tenho que mandar para a estadual, só dependo da prestação de contas do que a gente gastou pra poder anexar, pra poder mandar pra estadual. Que conforme fala, a gente tem prazo também pra responder. E aí a gente já responde já. Todo mundo de acordo? Aprovado pelos conselheiros, passa para o Item 5. Assuntos gerais: Sra. Roberta: Eu queria só parabenizar a associação de vocês porque assim, aqui na secretaria a gente recebe várias associações, o secretário lógico, não tem como atender todo mundo mas eu particularmente atendo todos vocês e eu vejo muito as pessoas batendo na porta, pedindo mas ninguém quer chegar aqui pra ver como que funciona, pleitear corretamente, quer vir aqui, quer ser atendida, aí vem, dá blusa pra você tira foto com você, muito obrigada tal, vou embora, vou pra rede social e falo assim, eu fui muito bem atendida pela assessora do secretário, mas o secretário não me atendeu mas assim, qual é a demanda dela? Ela falou que só queria ser ouvida, eu ouvi, mas ela não pleiteou nada entendeu? Então assim vocês, vocês pleiteiam, vocês participam, vocês se disponibilizam a estar aqui, entendeu? Então eu acho assim que isso é muito válido e eu acho que é realmente esse tipo de associação que tem que compor e que tem que dar seguimento. Sra. Elizangela: A gente tem que

ser justo e tem que ser grato e uma coisa que eu sou é muito grata por tudo, e assim, hoje eu estou conselheira mas antes de eu chegar ao conselho eu galguei outros caminhos e o atual secretário ele sempre abriu as portas para a nossa associação. Eu sou paciente oncológica há três anos, vou fazer três anos, e eu nunca tive isso da outra gestão, só o fato de ser recebida, de ter tido essa abertura e de poder hoje estar aqui para poder defender, para defender a classe oncológica, porque eu sou paciente, eu estou na linha de frente. O Sr. Pedro: Nós temos duas vagas de suplentes para ir para a estadual. Alguém quer se habilitar? No seguimento usuário. Ficam eleitas suplentes a Sra. Elizangela Oliveira e Sra. Christiane de Almeida Assis, ambas da associação Amigas do Peito. Sra. Ana Clara: Em relação a fiscalização dos postos fica para a próxima reunião? Sr. Pedro: O que acontece, nós fizemos a fiscalização lá que você participou na sexta-feira, vimos aquela situação que aconteceu, a Roberta já tem ciência junto com o secretário, já estão tomando as devidas providências. Sra. Roberta: A gente até hoje ia lá e ia na fazendinha mas o secretário teve três reuniões no Rio e aí ele não conseguiu. Sra. Ana Clara: Tem questões lá que dá pra resolver internamente questão da limpeza. Sra. Roberta: O problema foi que eu estava conversando com o seu Pedro, hoje em dia a gente tem uma a pessoa, ela quer ser gerente da unidade mas ela não quer se indispor com a comunidade. Aí ela manda o ofício memorando pra gente pedindo pra que a gente faça muitas coisas que ela resolveria, então assim, aí o que que acontece aí a gente tem que ir lá e lembrar ela o que que ela tem que fazer, que isso não pode ser assim. Sr. Antônio Jorge: Agora, não sei se ela tem autonomia para pedir a substituição. Sra. Roberta: Tem, tem autonomia para isso. Basta ela mandar um memorando ao secretário, informar o que está acontecendo, informa o que está acontecendo e pede a substituição, substituição imediata. Sra. Roberta: Teve o processo de licitação de dedetização que já concluiu e aí a gente já mandou um memorando já, pra que começasse a fazer as dedetizações em todas as unidades, é porque tava terminando. A gente já teve a vigilância sanitária também notificando a gente por isso. Sra. Ana Clara: A técnica de saúde bucal que está lá, ela é concursada há mais de 10 anos. Ela chega mais cedo, ela tem que passar, ela vai varrer a sala, passar pano e trocar o lixo porque a ASG não faz. Sr. Pedro: É tudo falta de um administrador. A pessoa não tá limpando às vezes não é nem que falta uma dedetização, mas isso é o que? Má administração. A pessoa, ao invés de se envolver em estar com a unidade limpa. Sra. Ana Clara: Mas não é um problema pontual do areal. É uma reclamação da empresa JP, que é o sobrenome da empresa, no Morro Grande também disseram que não tem auxiliar de limpeza. Então, assim, o município está pagando uma empresa que não está prestando serviço. Sra. Elizangela: Qual o critério pra vocês contratarem um administrador? Ele tem que ser da área da saúde? Sra. Roberta: Os postinhos, eles têm um enfermeiro responsável e tem um administrativo responsável tem duas pessoas. Então o que que acontece a gente precisa dessa formalização, mas antes mesmo da formalização dele a gente já se prontificou ir até o local pra verificar. Sem mais, o Presidente do Conselho agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião.

Pedro Reimburg
Presidente CMS/AR

Marcele da Silva Castro
Of. Administrativo



Município de Araruama

Poder Executivo



Ata Reunião Extraordinária 30.06.2026

Ata da Reunião Extraordinária do dia 30 de junho de 2026, às 17:30hs, realizada na sala do **Conselho Municipal de Saúde**, conforme Edital de Convocação. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Pedro Reimburg, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos em especial a presença dos visitantes Sra. Rosiele Vasconcelos – Sobara, Sr. Alexandre Silva – UNILAGOS, Sr. Luiz Roberto Carneiro - SOAPRAS, Sra. Mary Fradico, Sra. Fabiana Caetano e Sr. Allan Nunes - Controladoria, Sr. Claudinei Conceição – Sobara, e Sra. Regina Helena Costa – Ouvidora Geral, e pediu autorização para gravar a reunião, que foi aceito por todos, após convidou a oficial administrativa Marcele Castro, para presidir os trabalhos, que iniciou com o Item 01 - Verificação de presença e existência de “quórum” qualificado para instalação do Colegiado Pleno, onde contou com a presença de 14 (quatorze) conselheiros, sendo 08 (oito) titulares: Sr. Luciano Bragança (on-line), Sr. Juares Rodrigues, Sra. Érica Pires (on-line), Sr. Pedro Reimburg, Sr. Antônio Jorge, Sr. Manoel Jesus, Sra. Cíntia Vargas e Sr. Lucas Duarte Righi; e 09 (nove) suplentes: Sra. Roberta Engelke Borges, Sra. Mary Lane Madureira, Sr. Guilherme Alvarenga (on-line), Sra. Ana Clara Viegas, Sra. Rosa Osório, Sr. Renato Drummond, Jhonata Pablo (on-line), Sr. David Borges e Sr. Paulo Renato Lessa, tendo o número de conselheiros necessários conforme assinaturas no livro Fl.194. Passando para a Ordem do dia: 2.0 - Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às 17h00, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, sob a presidência do Sr. Pedro Reimburg, dando início aos trabalhos. Passando o Item 2.1 - Apresentação da Resolução nº 207/2026, que dispõe sobre a criação do Formulário de Obras, Reformas e Reparos na área da Saúde. O referido instrumento estabelece que o gestor deverá preencher e encaminhar o formulário ao Conselho Municipal de Saúde para ciência prévia antes do início de qualquer obra, reforma ou reparo nas unidades de saúde. A matéria já havia sido analisada e aprovada pelas Comissões Executiva e de Finanças. Após ampla explanação e discussão, a resolução 207/2026, foi aprovada por unanimidade, ficando deliberado que cópias da mesma serão encaminhadas aos órgãos competentes para conhecimento e providências cabíveis, passando para o Item 2.2 - Apresentada a Resolução nº 208/2026, referente à contratação de Assessoria Contábil para acompanhamento das contas e da execução orçamentária do Conselho Municipal de Saúde. O Presidente informou que o assunto já era de conhecimento do gestor municipal, porém destacou divergências quanto à interpretação da Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde. As Comissões entenderam ser necessária a aprovação da matéria para garantir maior segurança e transparência nos procedimentos contábeis. Após apresentação, esclarecimentos e debates, a resolução 208/2026, foi aprovada por unanimidade, passando para o Item 2.3 - Apresenta dação da Resolução nº 209/2026, referente à aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG), anteriormente apresentado à plenária no mês de maio de 2026. Após os esclarecimentos necessários, o relatório foi aprovado por unanimidade, com a ressalva de que a prestação de contas foi apresentada sem o acompanhamento de Assessoria Contábil especializada, passando para o Item 2.4 – Resolução 210/2026 Apresentação da Prestação de Contas do Exercício de 2025. O Presidente realizou ampla explanação, esclarecendo que as documentações possuem prazo legal para

apreciação e encaminhamento aos órgãos competentes, incluindo a Controladoria. Informou ainda que, ao longo dos últimos meses, houve dificuldades para a apresentação das contas, mas que, com o apoio da equipe da Controladoria, foi possível concluir o processo. Ressaltou, entretanto, que não houve contratação de Assessoria Contábil para auxiliar no fechamento das contas. Após ampla discussão, a Prestação de Contas do Exercício de 2025 foi aprovada pela plenária, com a ressalva da ausência de Assessoria Contábil durante o processo de elaboração e análise das contas, registrando-se apenas uma objeção. Passando para o Item 2.4 - Resolução 211 /2026 referente a formação da Comissão para revisão e alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde. O Presidente, Sr. Pedro Reimburg, informou a necessidade de promover adequações e atualizações no referido instrumento normativo, proposta que já havia sido previamente analisada pelas comissões competentes e trazida à apreciação da plenária. Após discussão, ficou deliberada a constituição de comissão específica para conduzir os trabalhos de revisão e apresentar proposta à plenária em reunião futura. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião,

Pedro Reimburg
Presidente CMS/AR

Marcele Castro
Oficial Administrativo

TERMO DE ADITAMENTO Nº03/2026 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº08/SEDUC/2023, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, nos termos do Decreto Municipal nº 51 de 07/04/2025, por intermédio do Fundo Municipal de Educação de Araruama, inscrito no CNPJ sob o nº 50.634.611/0001-60, com sede na Rua México, s/n, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28.979-120, neste ato representado pela Exma. Secretária Municipal de Educação, Sra. **Valeria Cristina Tavares do Amaral**, residente e domiciliada nesta cidade, como CONTRATANTE, e de outro lado, a sociedade empresária **SF SERVIÇOS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.469.439/0001-51, com sede estabelecida na Avenida Gladstone José de Oliveira, nº 23.012, Boa Perna, Araruama/RJ, CEP: 28.979-854, endereço eletrônico: sfconstrutora@gmail.com, por seu representante legal, Sr. Leonardo Azevedo Mota da Silva, neste ato por si ou por seu procurador com poderes expressos para este mister, doravante denominada CONTRATADA, por conta do que restou demonstrado nos autos do processo administrativo nº4.619/2023, resolvem **aditar o Contrato de Prestação de Serviços nº08/SEDUC/2023**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de serralheria, incluindo o material utilizado, para serem efetuados nas unidades escolares da rede municipal de ensino, pelo período de 12 (doze) meses, com execução contínua, sem interrupção, para do mesmo passar a constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO

1.1. O presente termo aditivo tem por finalidade realizar o acréscimo quantitativo de 24,76% do objeto estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº08/SEDUC/2023, conforme justificativa constante às fls. 971/972, bem como planilhas às fls. 870 e 942, de acordo com o previsto no art. 65, inciso I, alínea b, §1º, da Lei nº8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O acréscimo quantitativo corresponde ao valor de R\$456.613,50 (quatrocentos e cinquenta e seis mil seiscentos e treze reais e cinquenta centavos).

2.2. Os recursos orçamentários e financeiros para a liquidação do presente objeto estão alocados à conta das seguintes dotações: Unidade Gestora: 14; Programa de Trabalho:16.01.01.12.361.012.058; Elemento de Despesa:3.3.90.39.99; Fonte de Recursos nº1573; Ficha: 574; Empenho nº 366/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRODUÇÃO DE EFEITOS

3.1. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO

4.1. Com exceção das alterações introduzidas por este Termo, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, do qual o presente aditamento passa a fazer parte integrante para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. O contratante se obriga a providenciar a publicação do extrato deste instrumento contratual, dentro do prazo especificado na legislação vigente, ficando condicionada a eficácia do Contrato à respectiva publicação.

E, por estarem justos, contratados e devidamente aditados, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Araruama, 13 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE ARARUAMA
Valeria Cristina Tavares do Amaral
Secretária Municipal de Educação

SF CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA
Leonardo Azevedo Mota da Silva
Representante Legal

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas de estados e municípios

A União pagou R\$ 696,38 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios em junho, segundo o Relatório Mensal de Garantias Honradas divulgado na última quinta-feira (16) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ao todo, foram quitados débitos em atraso de três governos estaduais e de quatro prefeituras.

Os estados que precisaram de cobertura do Tesouro Nacional em junho foram:

- Rio de Janeiro: R\$ 573,70 milhões;
- Rio Grande do Sul: R\$ 73,06 milhões;
- Rio Grande do Norte: R\$ 7,11 milhões.

Em relação aos municípios, tiveram dívidas pagas pela União as prefeituras de Taubaté (SP), com R\$ 29,23 milhões; São Gonçalo do Amarante (RN), com R\$ 13,11 milhões; Paranã (TO), com R\$ 106,97 mil; e Santanópolis (BA), com R\$ 67,19 mil.

O valor coberto pelo

governo federal para as dívidas não honradas pelos municípios somou R\$ 42,51 milhões em junho.

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89,42 bilhões para honrar garantias concedidas em operações de crédito contratadas por estados e municípios. Essas garantias são acionadas quando estados ou municípios deixam de pagar parcelas de empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais.

Nesses casos, a União quita a obrigação perante o credor e passa a buscar o ressarcimento dos valores por meio das contragarantias previstas nos contratos.

De acordo com o Tesouro, dos R\$ 89,42 bilhões honrados pela União desde 2016, aproximadamente R\$ 79,70 bilhões estão relacionados ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou a saldos de contratos administrados

pela STN.

Nesses casos, os montantes pagos pela União são refinanciados em contratos de longo prazo, em vez de serem recuperados imediatamente por meio da execução das contragarantias.

Recuperação fiscal

Atualmente, apenas o Rio Grande do Sul permanece no RRF. Esse mecanismo foi criado para auxiliar estados com elevado desequilíbrio financeiro.

Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro deixaram o regime após terem aderido ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) – que prevê descontos nos juros e parcelamento do saldo das dívidas estaduais em até 30 anos.

Em troca, os estados que aderirem vão aportar recursos para o Fundo de Equalização Federativa (FEF). Esse fundo distribuirá recursos para investimentos em educação,

segurança pública, saneamento, habitação e transportes, entre outras áreas.

Pendências

O relatório informa, ainda, que parte dos valores honrados continua pendente de recuperação por causa de decisões judiciais ou processos de refinanciamento.

Entre os casos com bloqueio judicial estão os municípios de Taubaté (SP), São Gonçalo do Amarante (RN) e Caucaia (CE), que somam R\$ 406,64 milhões em valores ainda não recuperados pela União.

Recuperação de garantias

As garantias representam os ativos oferecidos pela União – representada pelo Tesouro Nacional – para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Mundial

e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Como garantidora das operações, a União é comunicada pelos credores de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato.

Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, o Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto de repasses federais ordinários – como receitas dos fundos de participação e compartilhamento de impostos, além de impedir novos financiamentos.

Sobre as obrigações em atraso incidem ainda juros, mora e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo, também pagos pela União.

Há casos, entretanto, de bloqueio na execução das contragarantias pela adoção de regimes de recuperação fiscal, por meio de decisões judiciais que suspenderam a execução ou por legislações de compensação das dívidas.

PRF apreende cerca de 20 quilos de maconha na BR-101, em Silva Jardim; três são presos

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu cerca de 20 quilos de maconha na tarde da última quinta-feira (16), durante uma fiscalização na BR-101, em Silva Jardim, na Região dos Lagos. Três pessoas foram presas em flagrante,

dois homens e uma mulher.

Segundo a PRF, os agentes realizavam uma fiscalização de rotina quando abordaram um automóvel para verificar os equipamentos obrigatórios do veículo.

Durante a abordagem,

os policiais solicitaram que os ocupantes desembarcassem e apresentassem a documentação. Ao abrirem o porta-malas, encontraram diversas embalagens contendo maconha, além de porções de haxixe do tipo “Dry”, conhecido pela elevada

concentração de THC.

De acordo com a PRF, o motorista informou que havia saído da cidade do Rio de Janeiro e que faria a entrega da droga a uma terceira pessoa em Araruama.

Ele afirmou, no entanto,

que não conhecia a identidade do destinatário.

Os três ocupantes do veículo foram presos em flagrante. A ocorrência foi encaminhada para a 120ª Delegacia de Polícia (120ª DP), em Silva Jardim.

1ª Fepe Regional acontece no dia 25 durante a Expo Macaé

A 1ª Feira de Preços Especiais (Fepe) Regional será realizada em Macaé entre os dias 25 e 28 deste mês, no Centro de Convenções Jornalista Roberto Marinho. O evento será aberto às 14h e seguirá até as 22h, sendo realizado de forma simultânea à tradicional Expo Macaé, que acontecerá no anexo Parque de Exposições Latiff Mussi Rocha, integrando as comemorações dos 213 anos do município. A Fepe estimula a economia

regional, oferecendo produtos com preços especiais para os consumidores em diversos segmentos.

Os consumidores poderão circular pela estrutura que contará com 140 estandes distribuídos em uma área física de 2,5 mil metros quadrados. O espaço abrigará os segmentos de roupas, calçados, acessórios e móveis, além de contar com um centro de convivência, área de alimentação e espaço kids. A expectativa da organi-

zação é atrair cerca de 200 mil visitantes ao longo dos quatro dias de programação.

O evento é fruto de parceria entre as Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs) de Macaé, Campos e Rio das Ostras, realizadoras da Fepe Regional, com apoio da Prefeitura de Macaé. Para incentivar o comércio regional e os pequenos negócios, os Microempreendedores Individuais (MEI) receberam condições facilitadas e subsídio da

prefeitura para a aquisição de estandes.

Esta é a 33ª edição do evento (e a primeira regional) e visa repetir o sucesso de público e negócios das edições anteriores em Campos dos Goytacazes. “A parceria com a prefeitura é fundamental para a realização do evento. Macaé tem economia forte no comércio com 8.361 lojas abertas e a Fepe Regional será um sucesso”, destacou o presidente da CDL Macaé, Luiz Henrique

Fragoso Ferreti.

A projeção de público é amparada na integração com a ExpoAgro de Macaé que, naturalmente, atrai uma multidão de moradores e visitantes. Com isto, o fluxo de pessoas acaba se somando durante as festividades simultâneas, atraindo comerciantes e consumidores também dos municípios vizinhos de Quissamã, Casimiro de Abreu, Carapebus, Conceição de Macabu e outros.